

Magalhães queria lista maior

Um dia depois de apresentar o relatório da CPI, que propõe a cassação de 18 parlamentares, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) admite que se tivesse tido mais tempo defenderia um número maior de cassações. “A tendência com mais tempo é aumentar a lista”, afirma o relator, que vai passar dez dias fora de Brasília, descansando. Os dois erros no relatório — a inclusão do deputado Jesus Tajra (PPR-PI) no rol dos que serão investigados pela Mesa da Câmara quando deveria estar na lista de inocentados e a proposta de cassação e de investigação pelo Ministério Público no caso do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) — foram explicados como equívocos técnicos.

Magalhães explicou que não mudará seu relatório devido ao erro sobre Jesus Tajra. “O que fiz foi dar a ele uma carta me prontificando, como deputado, a depor

em sua defesa perante a Mesa da Câmara”, afirmou. O relator conta que, para adiantar seu trabalho, digitou no computador três sentenças, uma isentando, outra pedindo a cassação e outra enviando para a Mesa. Na hora de apagar os textos que não seriam usados, houve um erro de operação no caso de Tajra. Assim, em vez de ser isentado como era desejo do relator, o nome do deputado foi enviado por engano para que a Mesa continuasse a investigação.

O deputado se ressentiu de a CPI não ter conseguido provar a ligação dos parlamentares com a construtora Norberto Odebrecht. “Fracassamos. Não tivemos competência para encontrar o elo”, reconhece o deputado, para quem a CPI das empreiteiras pode avançar no tema, partindo do relatório da Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo senador José Paulo Bisol

(PSB-RS). O relator acatou as propostas de punição das subcomissões e incluiu mais nomes em alguns casos. A Subcomissão de Subvenções listou cinco nomes e Magalhães incluiu ainda o deputado Paulo Portugal (PP-RJ).

Seguro da parte jurídica do relatório, apesar do pouco tempo disponível para a finalização do relatório, Magalhães afirmou que enviar alguns nomes para investigação da Mesa da Câmara foi uma solução intermediária entre a cassação e a absolvição. “Propor a suspensão de mandato não tinha cabimento”, disse o relator. Agora, Roberto Magalhães vai cuidar de seu futuro político. Segundo ele, há três alternativas: se reeleger deputado federal sem sair de casa, disputar o governo de Pernambuco pelo PFL ou fazer um acordo com o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), para concorrer ao Senado.